

Discutiu-se muito no Brasil se a agricultura favoreceu ou funcionou como um obstáculo à industrialização. A agricultura — especialmente o café — sem dúvida teve um papel fundamental na implantação da indústria no país: transferiu capital para a indústria, liberou mão-de-obra, proporcionou divisas, permitiu que o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades permanecesse relativamente baixo; apenas não criou mercado para a indústria. Mas se a agricultura, entendida como produção agrícola, foi um apoio, sem dúvida uma parte dos latifundiários, especialmente os cafeicultores, foram um sério obstáculo à industrialização. O latifúndio mercantil exportador percebeu desde o início que industrializar significava transferir renda do campo para a cidade, e se opôs firmemente a isto.

O latifúndio exportador, cafeeiro, foi vencido nessa batalha. O latifúndio orientado para o mercado interno, entretanto, foi vitorioso. Ignácio Rangel, aliás, considera que esse latifúndio, do qual Getúlio Vargas foi um representante, foi o sócio maior do pacto iniciado em 1930, que estimulava a industrialização. O sócio menor era a burguesia industrial, que só agora chega próxima do poder. A industrialização foi realizada, mas a reforma agrária, que muitos imaginavam essencial para essa industrialização, deixou de ser feita. Os setores agrícolas menos comprometidos com a exportação e mais orientados para o mercado interno já a partir dos anos 30 aliaram-se à indústria e trataram de suprir os alimentos necessários, além de manter as exportações.¹

Durante todo o período inicial da industrialização brasileira, a agricultura foi marginalizada de qualquer auxílio estatal. Toda a ênfase foi colocada na industrialização. Reproduzindo o que aconteceu na maioria dos outros países que se industrializaram tardiamente, o Estado funcionava como veículo de transferência de renda da agricultura para a indústria. Essa política estava basicamente correta. A agricultura, apesar de todas as suas deficiências, era capaz de andar com suas próprias pernas. A indústria infante é que necessitava de suporte.

A partir dos anos 50, entretanto, a agricultura, especialmente no Sul, passou por um intenso processo de modernização. Era o capital industrial que substituía o capital mercantil na produção agrícola. Grande capital em

certas culturas, como a cana-de-açúcar, e na pecuária. Pequeno capital, quase pequena produção mercantil, embora muito moderna e mecanizada, em outras culturas, como a soja.

A partir da segunda metade dos anos 60, o Estado desenvolve um amplo sistema de crédito agrícola. Os créditos são subsidiados. Crescentemente subsidiados. A agricultura, que já havia perdido sua capacidade de transferir renda para a indústria, passa agora a receber subsídios. No final dos anos 70, o desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento energético (que passava também pela agricultura, via produção de álcool) tornaram-se uma prioridade nacional.

Entretanto, como demonstra o Quadro XIII, todo o subsídio recebido pela agricultura para mecanização, fertilizantes, custeio, não produziu muitos resultados para os produtos de consumo doméstico, que, desde o início dos anos 60, cresceram a uma taxa muito inferior ao ritmo de crescimento dos produtos exportáveis.²

A partir de 1977, o programa Proálcool, visando substituir a gasolina por álcool, transformou-se em fator adicional de redução da oferta de alimentos, na medida em que as culturas domésticas eram expulsas pela cultura subsidiada de cana-de-açúcar.³ Entre 1977 e 1984, a produção por habitante de culturas domésticas caiu a uma taxa anual de 1,9%, enquanto a produção de culturas de exportação crescia à taxa anual de 2,5% e a de cana-de-açúcar, beneficiada pelos subsídios do Proálcool, crescia à taxa de 7,8% ao ano.

Quadro XIII: Desempenho da Agricultura
(taxas anuais de crescimento)

	1932/76	1962/76	1968/76
Produção de Exportáveis	4,26	6,26	9,09
Produção de Domésticos	4,44	4,00	3,32
Produção Total	4,58	4,80	5,11

Fonte: Mendonça de Barros e Graham (1978).

Qual a razão desse mau desempenho agrícola na produção de alimentos para consumo interno? Falta de crédito, falta de mecanização e de fertilizantes não podem ser apresentadas como causa, já que o suprimento desses elementos aumentou de forma considerável, desproporcional mesmo ao crescimento da produção agrícola, após 1965. Toda a política agrícola do Governo baseou-se em mais crédito, mais máquinas e mais fertilizantes. Não faz sentido também atribuir o desempenho insatisfatório da agricultura ao despreparo dos agricultores ou, então, às suas características pré-capitalistas

ou mesmo capitalistas-mercantis. Já vimos que o espírito do capital industrial, a produtividade, o trabalho assalariado e a extração de mais-valia por meio da troca de equivalentes penetram profundamente na agricultura do país, antes efetivamente dominada pelo capital mercantil, especulativo, desinteressado de aumentar a produtividade. A tecnologia agrícola desenvolvida nos vários centros de pesquisa em função das necessidades de uma agricultura tropical é hoje já muito desenvolvida. O domínio dessa tecnologia pelos agricultores já é bastante amplo. Estamos muito longe da agricultura primitiva, caipira, do início do século, que Lima Barreto e Monteiro Lobato descreveram de forma tão desoladora em suas obras literárias.

Seriam, então, os preços insuficientes que desestimulariam os agricultores? Essa razão está mais próxima da realidade, especialmente quando se leva em consideração a instabilidade dos preços. O Governo tem desenvolvido uma política pouco coerente de preços mínimos, que não dá para atender a todos os anseios dos agricultores. Não há um processo de descapitalização do campo. O padrão de vida das camadas médias no interior de São Paulo é extraordinariamente alto.

Seria, então, a falta de reforma agrária que explicaria o mau desempenho da agricultura brasileira? Agora estamos chegando mais próximos da realidade. Conforme Yoshiaki Nakano demonstrou, há um grande número de culturas que não se adaptam à produção por grandes empresas capitalistas.⁴ Dada a inexistência de economias de escala em quase todas as culturas agrícolas, a produção familiar, que, aliás, domina a agricultura dos países capitalistas centrais, é a mais eficiente. E, além de ser mais eficiente, está disposta a receber menores preços, já que, embora produzindo com as técnicas mais modernas, não faz o cálculo da renda da terra e calcula em níveis muito baixos o retorno (lucro) desejado sobre o investimento.

Ora, o Governo, ao realizar a política agrícola que favorece a grande empresa agrícola, comete um erro grave. Os preços vigentes na agricultura brasileira orientada para o mercado interno não são, em geral, suficientes para remunerar de forma considerada satisfatória a empresa agrícola capitalista. São conhecidos os desperdícios de recursos na Amazônia e no Centro-Oeste com a tentativa, muitas vezes fracassada depois de ali se enterrarem grandes volumes de capital, de se criarem grandes empresas agrícolas capitalistas. Definitivamente, o capital monopolista pode ser eficiente na cidade, mas mal sobrevive no campo, a não ser em algumas culturas especiais.

Uma segunda razão para o mau desempenho da produção agrícola de alimentos para consumo interno está na instabilidade dos preços. Além de os preços serem, em geral, insatisfatórios para os agricultores, não remune-

rando seu trabalho (e seu capital) adequadamente, eles são instáveis. A política de preços mínimos do Governo, em vez de obedecer a uma fórmula rígida e estável (o novo preço mínimo deveria simplesmente corrigir monetariamente o antigo, cujo valor se suporia correto, descontando-se parte do aumento de produtividade ocorrido naquele ano), tem sido usada como um instrumento para estimular ou desestimular certas culturas. O resultado é uma enorme insegurança do produtor.

Há, entretanto, uma terceira razão fundamental para o mau desempenho agrícola que jamais é mencionada, embora seja óbvia: a agricultura orientada para o mercado interno não se desenvolve satisfatoriamente pela simples razão de que não encontra mercado. Os preços não são remuneradores apenas porque a competição da pequena produção mercantil não busca lucros e renda da terra, mas apenas a sobrevivência em nível “adequado” da família, mas também porque o mercado para os produtores agrícolas não cresce como seria desejável. A produção agrícola não encontra mercado porque, dada a estagnação dos salários, a população não tem poder aquisitivo para comprar. Em outras palavras, a concentração da renda, à medida que implica não aumentar a capacidade de compra dos que têm fome, é uma causa fundamental do mau desempenho da produção agrícola de alimentos para consumo interno.⁵

Certamente é preciso também considerar que a elasticidade-renda da demanda de bens agrícolas é menor do que 1. Quando aumenta a renda por habitante em, por exemplo, 5%, a demanda de alimentos deverá crescer em 3%. Este é um fenômeno universal. No Brasil, entretanto, a elasticidade-renda da demanda de alimentos, geralmente calculada em 0,6, é baixa demais, haja vista o fato de que existem amplos setores da população claramente subnutridos, passando fome. Só a alta concentração de renda pode explicar essa elasticidade-renda da procura de alimentos tão baixa. Quando aumenta a renda dos ricos, é natural que seu consumo de alimentos aumente muito menos do que proporcionalmente.

Acrescenta-se a isso o fato de que houve uma mudança nas preferências de consumo dos trabalhadores com o aparecimento da televisão. Eles preferem comer menos para poder comprar seu televisor, transformado, muito compreensivelmente, em objeto de primeira necessidade para famílias extremamente carentes de oportunidades de divertimento e fantasia.

A agricultura só poderá ter um bom desempenho, só poderá aumentar fortemente não só sua produção por trabalhador e por área (que, aliás, tem aumentado razoavelmente), mas também sua produção por habitante, se houver procura efetiva, se os trabalhadores, além de terem fome, tiverem renda para comprar.

Nos últimos anos, a insuficiência da produção agrícola tornou-se mais marcante não apenas porque houve erros na política de preços mínimos e porque algumas safras foram prejudicadas por condições climáticas, mas, também, porque a taxa de salários deixou de diminuir. Em conseqüência, começou a aumentar, ainda que lentamente, a procura interna de alimentos. É claro que, se essa tendência à elevação dos salários se mantiver, a agricultura para consumo interno certamente terá um grande desenvolvimento, porque a resposta da agricultura ao aumento da procura efetiva será imediata.

Deixo de examinar em capítulo especial o quarto desequilíbrio estrutural, referido no início do capítulo 22 — o desequilíbrio entre o setor competitivo e o setor monopolista —, porque o seu mecanismo básico de transferência de excedente, a troca desigual, já foi analisado.

Entretanto, vale mencionar que tanto o desequilíbrio regional quanto o desequilíbrio entre cidade e campo são agravados pelo mecanismo da troca desigual. A maioria das empresas no Nordeste, assim como a maioria das unidades produtoras agrícolas, devem ser consideradas no setor competitivo da economia. Sofrem, assim, uma sucção de excedente por parte das empresas monopolistas. O caso das empresas monopolistas fornecedoras de insumos e máquinas para agricultura ou compradoras da produção agrícola é conhecido e ilustra a troca desigual estabelecida por meio de preços altos recebidos pelas empresas monopolistas, e relativamente baixos recebidos pelas empresas competitivas.

NOTAS

¹ Ver Rangel (1957, 1981).

² Ver a respeito, de João Sayad (1984), *O crédito rural no Brasil*.

³ O Proálcool foi um dos maiores exemplos de intervencionismo voluntarista sobre a economia, na medida em que o custo do álcool sempre foi menor do que o da gasolina. Sobre o grande equívoco de política econômica que constituiu o Proálcool, ver Mello e Fonseca (1981), Mello e Pelin (1984), Barzelay (1986), Borges, Freitag, Hurtienne e Nitsch (1988). O trabalho clássico sobre a agro-indústria canavieira é de Tamás Szmercsányi (1979).

⁴ Ver “A destruição da taxa de lucro e da renda da terra na agricultura”, em que Nakano (1981) critica a visão clássica da penetração do capitalismo no campo, através da destruição da economia camponesa, e mostra como uma pequena produção semi-capitalista, mas, altamente tecnificada, tem ainda hoje um papel importante na agricultura moderna.

⁵ A política agrícola brasileira sofreu uma mudança fundamental em 1987, quando deixou de se basear em crédito agrícola subsidiado e passou a se apoiar em garantias de preços aos produtores. Guilherme da Silva Dias, no Ministério da Agricultura, e Yoshiaki Nakano, no da Fazenda, tiveram um papel decisivo nessa mudança. A partir de então, o desempenho da agricultura melhorou consideravelmente.